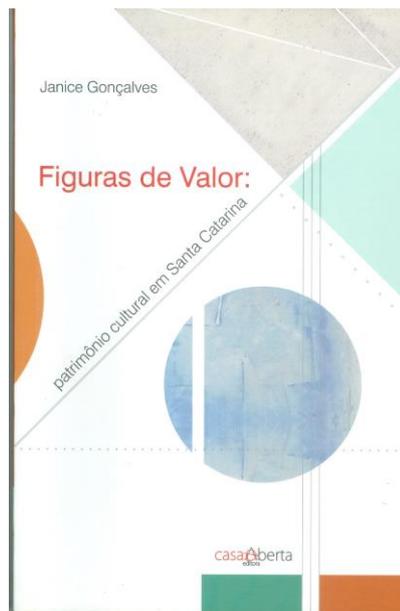


Resenha do livro “Figuras de Valor: patrimônio cultural em Santa Catarina”



GONÇALVES, Janice. **Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016. 298p.

Alice Rigoni Jacques

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS – Brasil
alice_rigoni@hotmail.com

Para citar esta resenha:

JACQUES, Alice Rigoni. Resenha do livro “Figuras de Valor: patrimônio cultural em Santa Catarina”. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 386-391, set./dez. 2017.

DOI: 10.5965/1984723818382017386

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723818382017386>

Figuras de Valor: patrimônio cultural em Santa Catarina, de autoria da professora e pesquisadora Janice Gonçalves inicia apresentando algumas analogias entre a música e o patrimônio cultural. Essa comparação destaca que a música, formalizada em uma escrita, tem figurado seus componentes fundamentais, como os sons e suas ausências. Já a formalização do patrimônio cultural pressupõe, na maioria das vezes, a constituição de um acervo, composto por produções e práticas culturais afirmadas e significadas para uma dada coletividade. Na escrita musical, os valores das figuras são estabelecidos nas relações que guardam entre si; já os valores das figuras do patrimônio cultural, e as próprias relações entre elas, são regulados por narrativas. São elas que atribuem sentido a essas figuras e que possuem uma relação próxima articulada a processos sociais de produção de memória. A presente obra reúne reflexões e resultados de pesquisa de três projetos desenvolvidos no contexto da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob coordenação da autora, sendo eles: *Nomes para o Serviço: a atuação do SPHAN em Santa Catarina e o papel dos historiadores locais (1938-1974)*, entre os anos de 2008 e 2010; *Sementes de civilização: narrativa histórica e proteção estadual de bens culturais em Santa Catarina (1974 a 2006)*, entre 2010 e 2011; e *Patrimônio em litígio: tensões e conflitos entre o público e o privado nos tombamentos estaduais em Santa Catarina (1983 -2004)*, entre 2011 e 2014. Estes projetos se articularam ao seguinte questionamento: como se constituiu e consolidou o campo do patrimônio cultural em Santa Catarina ao longo do século XX? E é sobre as reflexões realizadas no viés dessas pesquisas que a autora dissertou sua obra organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *Nomes para o serviço*, a autora priorizou as décadas de 1930 a 1970 no que tange à compreensão do significado das ações federais de preservação no estado de Santa Catarina antes da existência de uma instância estadual formalmente construída e voltada para isso. O período em questão congloba os primeiros tombamentos, realizados em nível federal, como também a publicação da primeira lei estadual de proteção ao patrimônio cultural, no ano de 1974 neste estado. Além de refletir sobre o papel do órgão federal de preservação e do elo existente entre seus profissionais na produção do patrimônio, na crença em seu valor e na produção do não valor de outros bens culturais, o estudo teve a intenção de investigar, nos tombamentos em nível federal, inquietudes presentes em discursos identitários no que se refere ao

lugar dos bens tombados em Santa Catarina no acervo do “patrimônio histórico e artístico nacional” e a contribuição de colaboradores catarinenses.

Para entendermos sobre a proteção do patrimônio cultural na esfera federal, data de 1937 a primeira Lei do Tombamento no Brasil (Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937). Na época, o poeta Mário de Andrade, convidado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, elaborou o anteprojeto da lei do patrimônio, desenvolvendo uma concepção avançada para seu tempo, no qual propunha a proteção da arte arqueológica e da arte ameríndia, abrangendo o patrimônio e a cultura popular (CHAGAS, 2003; SANT’ANNA, 2003). Como o projeto foi rejeitado, em seu lugar, foi criada a primeira lei nacional de proteção do patrimônio que deu ênfase à noção de tombamento de bens materiais de valor histórico e artístico, privilegiando as práticas preservacionistas e os marcos da arquitetura nacional. Cabe destacar que, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) abarcou um patrimônio não somente artístico, mas histórico e artístico, calcado na projeção nacional do que seria memorável; assim, uma mudança de concepção estaria contemplada.

Souza (2013, p. 203), destaca que esse quadro começou a se alterar somente no final da década de 1970, quando o SPHAN passou a defender novas concepções de patrimônio, abrangendo o saber popular e as identidades coletivas, tendo em vista a diversidade cultural, étnica e religiosa do país.

A partir da análise do objeto inicial do estudo – o Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil, de autoria do arquiteto Augusto Carlos da Silva –, percebeu-se a predileção e o interesse acentuado por parte dos intelectuais na proteção de bens culturais nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e São Paulo. Para a região sul, a autora faz uma imersão no documento, o qual destaca a pouca significação dos bens culturais no estado de Santa Catarina, indagando em que medida essa percepção pode ser associada à construção do campo do patrimônio no Brasil e, em especial, à atuação do órgão federal de preservação, desde a segunda metade da década de 1930.

Ainda no primeiro capítulo, a autora apresenta vários exemplos de tombamentos realizados no país, no período de 1930 a 1970, destacando a dificuldade em lidar com a dimensão regional na perspectiva do excepcional e do memorável para o conjunto da

nação. Também faz uso de um universo de citações de escritores, intelectuais e da classe dirigente do Brasil com destaque à dedicação de muitos deles em prol da causa do patrimônio e longo período de vínculo com o órgão federal de preservação, como também nas instâncias regionais. Nesse decurso ficam evidentes as tensões existentes em relação às diretrizes gerais de preservação e às divergências presentes no processo de tombamento dos bens, principalmente na esfera federal.

No segundo capítulo, a autora busca compreender as razões que determinaram um reposicionamento dos intelectuais do estado de Santa Catarina quanto aos temas de patrimônio, quando propõem novos tombamentos e engajam-se em novas frentes de preservação, afinados com discussões como o Instituto Histórico e Geográfico do estado e a Academia Catarinense de Letras.

A criação da Comissão Nacional de Folclore, vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (1947) traz o engajamento de intelectuais catarinenses no movimento folclórico se tornando uma grande oportunidade de obter projeção e distinção. Nesse viés, surgem as benzeduras que foram alvos de pesquisa da Comissão Catarinense de Folclore.

Em suas pesquisas, os folcloristas catarinenses deram a conhecer brincadeiras e brinquedos infantis, adágios, crenças e superstições, benzeduras e formas da medicina popular, folguedos, festas de caráter religioso, danças e modos de fazer variados (renda de bilro, pesca em boto, etc). Entretanto, se reduziam frente às culturas de outros estados do Brasil, permanecendo apenas na periferia.

Nos anos 1950, emergem ações para a organização da Faculdade Catarinense de Filosofia e as preocupações dos intelectuais se voltam para o patrimônio arqueológico do estado. Nessa clave surgem vários defensores dos *sambaquis* e das *fortalezas* tombadas em 1938, os quais destacam a sua quantidade, dimensões e riqueza de material cultural e arqueológico existente. Mesmo com a legislação estadual e federal que protegia esse patrimônio, isso não foi suficiente impedir a continuidade da destruição, entretanto a mobilização para a defesa prosseguiu. Por meio de pesquisas e da formação de pesquisadores, a universidade se mostrou uma forte aliada na preservação do patrimônio arqueológico.

Muitas iniciativas de institucionalização de políticas de preservação ao patrimônio histórico, artístico, cultural, arqueológico e arquivístico foram realizadas, mesmo que de imediato não ganhassem concretude, mas pelo menos se tornaram objeto de discussão.

Um dado que chama a atenção no mapa patrimonial de Santa Catarina é o silêncio em relação à produção cultural de grupos indígenas e afrodescendentes em detrimento do destaque à preservação em torno da imigração europeia. Esta surgiu como nova aposta patrimonial, na qual reuniu esforços das instâncias federal e estadual de preservação, levando ao tombamento de numerosas edificações em áreas coloniais de alemães, italianos e portugueses.

Patrimônio em litígio, tema do terceiro capítulo, busca compreender o papel desempenhado pelas instâncias governamentais incumbidas da proteção de bens culturais, permeada por tensões existentes nos processos de tombamento estaduais. Privilegia, sobretudo, os conflitos gerados entre os anos de 1983 e 2004 nas ações de tombamento de bens móveis e imóveis efetuadas pela Fundação Catarinense de Cultura. Por meio de pesquisas de mestrado e doutorado, análise de atas e de relatórios, a autora apresenta como esse processo se constituiu, vislumbrando entender qual a verdadeira representatividade social do interesse público em nome do qual agem os órgãos estatais nas ações de tombamentos e impugnações. Porém, mesmo com tantos debates e discussões, estes conflitos sobre o acervo patrimonial estadual, explícitos nas impugnações, não encontraram eco nos caminhos historiográficos.

Ao longo da obra, o processo de constituição do patrimônio cultural de Santa Catarina vai se costurando, entre agulhas, linhas, pontos e bordados, ou como na música, entre solfejos e notas musicais, a partitura se compõe com começos e recomeços demonstrando assim as tantas histórias do estado de Santa Catarina narradas por meio do seu patrimônio cultural.

Em um tempo de culto ao patrimônio, a obra aqui apresentada é de grande relevância para o entendimento das características tramadas no campo do patrimônio cultural, seja na esfera federal ou estadual, nas tensões e conflitos entre identidade nacional e regional.

Se o momento clama por novas análises e seleções de bens culturais, ampliando o entendimento de patrimônio, é necessário repensar também as políticas de preservação, uma vez que o patrimônio cultural não parece mais algo distante e monumentalizado, mas sim, próximo aos objetos do cotidiano, acessível a qualquer um de nós.

Assim, somos convidados a mergulhar na presente obra que apresenta os caminhos trilhados para a preservação do patrimônio cultural de Santa Catarina, a fim de perceber o que foi esquecido, silenciado ou entender por que algumas coisas foram preservadas e outras não.

Referências

CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. P.95-108.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. P.30-45.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. In: **Revista Linhas**, Florianópolis, v.14, n.26, jan./jun.2013, p. 199-221.

Recebido em: 31/07/2017

Aprovado em: 06/10/2017

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 18 - Número 38 - Ano 2017

revistalinhas@gmail.com